

Artigo recebido em

10/09/2014

Aprovado em

27/10/2014

SUZANA ROZENDO

Universidade de São Paulo -

suzanarozendo@usp.br

Mestre em Jornalismo pela Universidade

Federal de Santa

Catarina e doutoranda

da linha de pesquisa

“Estudo dos Meios e da Produção Mediática”,

do Programa de Pós-

Graduação em Ciências

da Comunicação da

ECA/USP

CRISELLI MONTIPÓ

Pontifícia Universidade

Católica do Paraná -

criselli@gmail.com

Mestre em Jornalismo

pela Universidade

Federal de Santa

Catarina, especialista

em Jornalismo Literário.

Docente da Pontifícia

Universidade Católica

do Paraná (PUCPR)

JORGE KANEHIDE

IJUIM

Universidade Federal de

Santa Catarina-

ijuim@cce.ufsc.br

Doutor em Ciências

da Comunicação/

Jornalismo (ECA/USP).

Professor Associado

II da Universidade

Federal de Santa

Catarina (UFSC), com

atuação nos cursos de

graduação e mestrado

em Jornalismo.

Estudos em Jornalismo
e Mídia

Vol. 11 Nº 2

Julho a Dezembro de
2014

ISSNe 1984-6924

Invisibilidade mediada na Copa do Mundo de 2014: Pessoas em situação de rua, olhares desviados, mídia atenta à cidadania?

Suzana Rozendo, Criselli Montipó e Jorge Kanehide Ijuim

Resumo

O jornalismo é um mediador do espaço público e diversas correntes teóricas atribuem a ele o papel de vigilante e promotor da cidadania. Mas como tem sido a abordagem jornalística em temas ligados à prática cidadã? Este artigo busca traçar um panorama entre jornalismo e cidadania. Para isso, foi feito um apanhado histórico sobre a evolução da cidadania até como ela é praticada hoje, demonstrando os ideais jornalísticos ligados ao tema. Diante desta perspectiva, analisou-se as notícias de sites do portal *Uol* sobre a higienização das cidades-sede do Mundial e o isolamento das pessoas em situação de rua durante a Copa do Mundo de 2014. A metodologia adotada foi a Análise Crítica da Narrativa (Motta, 2013), e a seleção das notícias foi feita por meio de três palavras-chave associadas: Higienização, População de rua e Copa do Mundo. Percebe-se que o processo de invisibilidade da população marginalizada passa pelo olhar desviado da mídia.

Palavras-chave

Narrativa jornalística, Cidadania, Pessoas em situação de rua, Higienização, Copa do Mundo 2014.

Abstract

Journalism is a mediator of public space and several theoretical approaches assign it the role of watchdog and promoter of citizenship. But how the journalistic approach themes has been related to civil practice? This article explains the situation between journalism and citizenship. For this, it was done a historical overview of the evolution of citizenship until as it is practiced today, as well as demonstrates the journalistic ideals related to the subject. Following this perspective, was make a analyze from the news of *Uol's* website about hygienization of the host cities of the World Cup and the isolation of the homelesses during the matches. The methodology adopted was the Critical Analysis of Narrative (Motta, 2013) and the selection of the news was made by three associated keywords: Hygiene, homeless and World Cup. Was possible to see that the process of invisibility of marginalized populations pass through the averted look of the media.

Keywords

Journalistic narrative, citizenship, homelesses, hygienization, World Cup 2014.

Jornalismo e cidadania são palavras próximas quando se fala do ideal jornalístico de bem informar, de ser útil para a vida de uma comunidade, de uma nação.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros¹ tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação. Entretanto, na prática profissional há alguns abismos entre estas duas palavras. Basta uma observação atenta dos relatos jornalísticos sobre temas ligados à cidadania aqui apresentados que as dúvidas surgem. Há perguntas que não foram feitas e respostas que não foram ouvidas.

As notícias acerca das pessoas em situação de rua, vinculadas à higienização² das cidades-sede do Mundial, por exemplo, apresentaram muitas lacunas. Havia muitas questões que nem sempre eram atendidas: Onde estão as pessoas que viviam sob a marquise? Quantas pessoas foram removidas? Para onde foram? Por quanto tempo? Em quais condições?

Tal inquietude sobre este lapso de informação resultou em uma observação mais atenta e sistematizada. Por isso, este artigo busca traçar um panorama entre o jornalismo e a cidadania, desde a origem da ideia na Grécia Antiga até as teorias jornalísticas contemporâneas que se relacionam com a temática. O passo seguinte é a análise da cobertura midiática sobre as pessoas em situação de rua durante a Copa do Mundo de 2014 nas notícias de sites do portal *Uol*, no período compreendido de 1º a 30 de junho de 2014. As amostras foram selecionadas pela relevância e pelo critério de busca de três palavras-chave associadas: higienização, população de rua e copa do mundo. O intuito foi averiguar como se

deu o processo de construção narrativa: se houve padrões normativos na cobertura, como se deu o jogo visibilidade e invisibilidade e em quais aspectos.

A metodologia adotada foi a Análise Crítica da Narrativa, proposta por Motta (2013). O autor considera esta análise como o estudo metódico, orgânico, rigoroso do processo de comunicação narrativa que, para ele, nasce da dúvida sobre o pré-estabelecido, e persegue o conhecimento sistemático a respeito das relações históricas que configuram as estórias reais ou ficcionais. Portanto, foi dada atenção à *identificação dos conflitos*, pois “a situação de uma narrativa jornalística é, quase sempre, um fato de conotações dramáticas imediatas e negativas, que irrompe, desorganiza e transtorna” (MOTTA, 2010, p. 149).

Algumas considerações sobre cidadania

A expressão cidadania tem sua origem no latim *civitas* (cidade). Na civilização grega, estrangeiros, mulheres, crianças e escravos não eram vistos como cidadãos. Crianças que apresentavam alguma espécie de deficiência física eram abandonadas ou mortas ao nascer, pois não eram consideradas “merecedoras” dos cuidados do Estado. Já em Roma, a cidadania foi reforçada por leis que deliberavam sobre direitos e deveres dos cidadãos, definindo ainda os membros da comunidade política romana, a ‘*res-pública*’.

Na Idade Média, o Estado vigiava e intimidava os indivíduos, enquanto a Igreja era voltada aos “interesses da salvação da alma”. As relações que uniam os senhores eram as de suserania e de vassalagem e não havia unidade de governo. Em seu texto clássico “Cidadania e classe social”, o sociólogo britânico T.H. Marshall (1967)

salienta que na Idade Média esses três direitos eram fundidos porque as próprias instituições eram amalgamadas. Ao longo de quatro séculos, entre XVII e XIX, as ideias sobre a cidadania sofreram um processo de fusão e separação ao que Marshall observou um distanciamento entre esses três direitos, que logo pareceram elementos estranhos entre si.

As transformações extraordinárias que aconteceram na Europa naquele período envolveram os aspectos político, econômico e social, entre outros. As revoluções científica e industrial, a criação dos estados-nação e a emergência da burguesia contribuíram para o processo a que Marshall se refere. Com a queda do absolutismo, implantaram-se as novas formas de governo e de administração pública: a burguesia em ascensão fez valer seus interesses capitalistas. As primeiras consequências foram o surgimento de uma administração burocratizada encarregada da cobrança de impostos e a criação dos tribunais que regulamentassem os novos modos de vida de uma sociedade mais urbanizada.

Conforme Coutinho (1999, p. 42), o conceito do termo difundido na Modernidade pode ser definido “como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social”. É neste período que começa a ser difundido o liberalismo político e o econômico, que galga a liberdade do mercado em detrimento ao poder ilimitado do Estado. A cidadania moderna, portanto, conta com a centralização de poder e com transformações econômicas. “O desenvolvimento do modo de produção capitalista passa a exigir um novo Estado”

(BONAMIGO, 2000, p. 25).

Na mesma linha de raciocínio, Boaventura de Sousa Santos (2002, 2010) observa que o conflito entre o ideário iluminista e os interesses capitalistas da burguesia gerou algumas tensões. A mais importante é que a criação do estado de direito transformou os *esforços de emancipação* em *esforços de regulação*, o que estabeleceu uma lógica que supervalorizou o Estado em sua atuação sobre os negócios, no legislar e no mundo do direito. Esse superestado controlador chamou para si várias responsabilidades, constituindo um estado providência que, centralizador, negligenciou o atendimento de serviços mais básicos da sociedade.

Se o direito ao trabalho e à propriedade tornou-se símbolo dos direitos civis, os direitos políticos foram marcados pela possibilidade de participação na vida pública. Na opinião de Marshall, estes dois elementos foram fundidos ao longo desses séculos, em detrimento da separação da noção de direitos sociais. Estes últimos passaram a ser esboçados no século XIX, com a conquista do direito à instrução.

As garantias de acesso aos serviços públicos só evoluíram efetivamente no século XX, em especial após a 2ª Guerra Mundial, o que coincide com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Este primava por respeito e pela dignidade das pessoas, liberdade e igualdade dos cidadãos, direito à propriedade individual, direito de resistência à opressão e liberdade de expressão. Nascia, aí, o discurso liberal de cidadania (BONAMIGO, 2000).

Partindo para uma análise mais atual, percebe-se uma alteração marcante nos sentidos vinculados aos termos “cidadania” e “cidadão”. Se na história da civili-

zação tais nomenclaturas eram ligadas a personagens participativos que protagonizavam ações de governo na coisa pública, hoje em dia elas se referem mais a sujeitos passivos e gerenciados por políticas de Estado de forma não participativa.

Roberto da Matta (1997) elucida que o termo, no Brasil, é sempre usado em situações negativas, para marcar a posição de alguém que está em desvantagem ou inferioridade. A historiadora e geógrafa Alzira Alves de Abreu (2003) explica que os direitos civis da cidadania são constituídos pela liberdade de ir e vir, igualdade perante a lei, liberdade de pensamento e a liberdade de contratar e possuir propriedades. Ela salienta que uma das dificuldades da efetividade da cidadania é a atuação da justiça como garantidora dos direitos dos cidadãos. Já para Pinsky e Pinsky (2008), cidadania é “participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos” (PINSKY; PINSKY, 2008, p. 11) e sociais, tais como educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Outra dificuldade é o fato de a noção de cidadania não ter uma definição estanque, mas ser um conceito histórico: seu sentido varia no tempo e no espaço.

Simultaneamente a essas considerações, Boaventura de Sousa Santos aponta mais dois fatores que influenciaram na deturpação das noções sobre cidadania. Para ele, a Modernidade gerou uma “razão indolente” (SANTOS, 2002) e valorizou um “pensamento abissal” (SANTOS, 2012). A razão indolente instalou-se com a consolidação do Estado-liberal na Europa e na América do Norte, as revoluções industriais e a escalada capitalista. Estas constituíram um contexto sociopolítico também favorável ao colonialismo e ao imperialismo.

A indolência desta razão dita que “não

há compreensão nem ação que não seja referida a um todo, e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem” (SANTOS, 2002, p. 241-242). Assim, o todo é uma das partes transformada em termos de referência para as demais – falsa generalização. Por isso, o homem ideal – europeu, branco, letrado, burguês – impõe-se ao mundo como modelo a ser seguido. Tal imposição denota a forma mais acabada dessa falsa totalidade – uma dicotomia que gera hierarquias e distinções.

Por outro lado, Santos enfatiza que “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal” (SANTOS, 2010, p. 23). Este consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, de modo a dividir a realidade social em dois universos: o deste lado da linha e o do outro lado da linha. “A divisão é tal que o outro lado da linha desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente” (idem p. 23). A crueldade do pensamento abissal está justamente em não reconhecer, nem se interessar, e desprezar qualquer componente do “outro lado da linha”.

Por todas estas razões, podemos inferir que o conceito de cidadania transformou-se durante quatro séculos, evidenciando os direitos civis, políticos e sociais. Estas conquistas decorreram das tensões Sociedade e Estado. Os direitos civis e políticos sofreram um processo de fusão e houve a desvalorização dos direitos sociais. A instalação de uma razão indolente e o desenvolvimento de um pensamento abissal colaboraram para o aumento das distinções, primeiro na própria Europa e depois em escala global.

A conjugação destes fatores contribuiu para o estabelecimento de uma versão reducionista ao conceito de cidadania. Na

forma popular, parece que cidadania está restrita aos diretos de qualquer pessoa de participar da vida pública. O direito de usufruir dos serviços essenciais, o direito de buscar e assegurar a emancipação social são noções pouco lembradas – pela população e pelos órgãos de imprensa.

O Jornalismo, a narrativa jornalística e a cidadania

O jornalismo constrói cotidianamente um tipo de narração: a narrativa jornalística, permeada de sentidos. É a partir desta capacidade de produzir e assimilar sentidos que o ser humano constrói seu presente projetando-se continuamente ao passado ou ao futuro. Mas, a partir do apanhado histórico sobre cidadania, surgem alguns questionamentos: qual a relação atual entre Jornalismo e Cidadania? E qual a importância dessa relação no mundo contemporâneo?

Em ampla consulta a profissionais e à população, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004) procuraram identificar a opinião de especialistas e do público sobre a questão “Para que serve o jornalismo?”. A primeira constatação confirmou o sentimento considerado uma pedra angular para os norte-americanos, qual seja, as garantias de direito de livre expressão, embasada no princípio de que o público tem direito de ser informado. Este fato determinou que aqueles estudiosos afirmassem: “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 31). A par desta percepção, no entanto, os pesquisadores sentiram nos depoimentos o que consideraram uma “obrigação [do jornalismo] para com a cidadania”. Esta abriga várias formas, como identificar os objeti-

vos da comunidade, como também oferecer voz aos esquecidos ou desamparados. Na mesma linha de raciocínio, o professor Francisco Karam, da Universidade Federal de Santa Catarina, ressalta:

Ao contar, lembrar, recontar, registrar, debater, polemizar, o jornalismo ajuda a memória coletiva e individual a tornar-se social e histórica, além de contribuir consigo mesmo para que seja, como outras áreas, memória da humanidade. E contribuir para que tal memória se constitua como referência para a ação, para a opinião, para a democracia e para a constituição da cidadania (KARAM, 2005, p.251).

Por esta linha de pensamento, pode-se considerar que o jornalismo deve atentar para sua dimensão socializadora ao difundir informações; para sua função educativa ou orientativa; para o exercício cidadão, sendo vigilante do sistema político e abrindo espaço para as opiniões divergentes; e ainda para o protagonismo na gestão do ócio ou entretenimento das pessoas, conforme destacam Fontcuberta e Borrat (2006). Assim, o ideal contemporâneo de jornalismo privilegia o entendimento de que as narrativas da mídia sejam um espaço para a manifestação pluralista e a manutenção do sistema democrático.

Embora a imprensa brasileira compartilhe o ideal de ser democrática e, portanto, difusora de sentidos que auxiliem na manutenção da cidadania, é preciso lembrar que a produção jornalística não é neutra, mas carregada de sentidos atribuídos pela empresa jornalística, pelos jornalistas, suas fontes ou, ainda, condicionantes externas, como a política e a economia. Esta produção resulta, então, de um processo de construção em que estão em jogo fatores de natureza pessoal, social, ideológica,

cultural, histórica e tecnológica que são difundidos pelos meios noticiosos.

Nesse sentido, Cremilda Medina (1988, 2008) já alertara que o jornalismo moderno – que teve suas bases estabelecidas no século XIX, quando a imprensa deixou de ser atividade artesanal para constituir-se como indústria de informação e adotou os mesmos métodos e processos de uma fábrica – também agregou características que representam riscos. Como produto e consequência da era moderna, as empresas de comunicação – criadas e geridas pela lógica capitalista – assimilaram as “razões modernistas”, que impõem sistemas de seleção, hierarquização, distinções.

Como salienta Renato Ortiz (2003), o pensamento moderno europeu ecoa em terras brasileiras já em meados do século XIX, uma vez que a intelectualidade formou-se, em grande parte, por uma elite que estudou na Europa, especialmente na França. Em seus trabalhos sobre a cultura brasileira e identidade nacional, o antropólogo destaca o que considera o mito das “três raças” que teriam dado conformação à sociedade local – o branco (colonizador português), o indígena e o negro. Chama de mito porque a suposta integração esteve longe de ser pacífica ou natural.

Ao interpretar os escritos dos antropólogos pioneiros, Ortiz ressalta que estes descreviam índios e negros já de forma discriminatória. A indolência, a apatia e a imprevidência eram atribuídas aos “mestiços” em comparação à superioridade da “civilização europeia”. Com a abolição da escravatura, em 1888, o negro passa de escravo a trabalhador livre, mas ainda cidadão de segunda categoria. Com a proclamação da república, um ano depois, houve o esforço para a implantação do sistema econômico capitalista, momento em que o

governo começa a estimular a imigração para tentar “branquear” a população nacional.

Na medida em que o colonizado é educado pelo colonizador, tem-se aquele que procura imitá-lo. Este processo secular de “educação” repercutiu na alma brasileira traços marcantes, por exemplo, da moralidade europeia, como reflexo do modelo de homem moderno.

Muitos setores da imprensa refletem o conservadorismo da própria sociedade brasileira

A imprensa brasileira, originalmente de resistência, teve atuação decisiva em movimentos emancipatórios como o abolicionismo e a conquista da república. No século XX, transformou-se em empresa de comunicação. Em especial a partir da Era Vargas (1930), esta passa a ser mais que veículo de informação para tornar-se instrumento com relações íntimas com os poderes políticos e econômicos (SODRÉ, 2011). Os programas desenvolvimentistas, desde Vargas, passando por Juscelino Kubitschek (1956-1961) e da Ditadura Militar (1964-1985) favoreceram a sedimentação do regime capitalista e, no campo da comunicação, facilitaram a formação de grandes conglomerados de informação – muitos deles com estreitas relações com o poder constituído. Por isso mesmo, estes grupos têm atuado, com raras exceções, de maneira a conservar o *status quo* e os interesses mercantis.

Dessa forma, muitos setores da imprensa refletem o conservadorismo da própria sociedade brasileira, ajudando a naturalizar posturas discricionárias e preconceituosas, não só tratando com descaso as minorias e grupos sociais excluídos, como também minimizando movimentos emancipatórios. E alguns órgãos de comunicação, por sua vez, têm se encarregado de amplificar tais preconceitos que, pela persistência desse discurso classificatório, em vez de promover o diálogo, afasta cada vez mais os diferentes. Ao privilegiar um grupo, o relato jornalístico contradiz o que defende sobre si próprio: que é ser plural e democrático. Nega, portanto, seu anseio de garantir a cidadania.

Mais do mesmo: higienização das cidades durante a Copa

A Copa do Mundo de 2014 fará parte da história do Brasil, não apenas pelo péssimo desempenho da seleção brasileira nos jogos contra a Alemanha, no qual perdeu de 7 a 1, e Holanda por 3 a 0, mas também pelas mudanças que causou em várias capitais brasileiras: obras, melhorias, remoções, revitalizações, aumento do custo de vida, valorização imobiliária, manifestações, mortes (de trabalhadores nas construções dos estádios) e dúvidas em relação aos custos gerados na preparação para o Mundial.

O evento, que não era realizado no país há 64 anos, também foi o propulsor de uma “faxina social” da população em situação de rua nas cidades-sede dos jogos. Sabe-se que as práticas higienistas são realizadas há séculos em todo o mundo. Bauman (1998) as relaciona com dois anseios da era moderna: pureza e ordem. De acordo com o autor, as situações estão em ordem se estão em seu justo lugar e não em

outro. Para se ter uma imagem de pureza, é necessário, antes, haver ordem. As coisas fora do lugar ou em lugares inconvenientes são, nas palavras de Bauman, “agentes poluidores”, “sujos”. Para o sociólogo:

Não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em “sujas”, mas tão - somente sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizada pelos que procuram a pureza. As coisas que são “surjam num contexto podem tornar-se puras exatamente por serem colocadas num outro lugar - e vice-versa. Sapatos magnificamente lustrados e brilhantes tornam-se sujos quando colocados na mesa de refeições. Restituídos ao monte dos sapatos, eles recuperam a pristina pureza (BAUMAN, 1998, p.14).

Para Bauman, quando se deseja um modelo de pureza, os próprios seres humanos para os quais não existe “lugar certo” são tratados como “sujeira” da pureza pós-moderna. Levando-se em conta que a intenção de todo poder público neste megaevento era causar uma boa impressão aos milhares de turistas que visitaram as capitais do Brasil, a solução encontrada foi juntar os que não se encaixavam no modelo de pureza e isolá-los dos demais, a fim de manter a ordem. Podemos notar isso nos fragmentos das notícias de sites do portal *Uol*, coletadas durante o mês de junho de 2014.

A primeira matéria, intitulada *Defensoria denuncia retirada de moradores de rua em Salvador (02/06/2014)*, trata de uma ação civil pública movida pela Defensoria Pública do Estado da Bahia pela retirada de pessoas em situação de rua das áreas centrais da cidade e do entorno do estádio da Fonte Nova. Mesmo com o relato de 18 vítimas que foram levadas para abrigos,

casas de parentes ou para cidades vizinhas, a prefeitura negou que isso estivesse acontecendo.

Os moradores disseram que estão sendo retirados à força de viadutos e marquises de bairros centrais da cidade por equipes da prefeitura, com apoio da Guarda Municipal. A Limpurb, empresa municipal de limpeza pública, recolhe os pertences dos moradores de rua e joga jatos d'água em calçadas onde eles vivem, segundo a denúncia³.

O secretário municipal de promoção social, Henrique Trindade, declarou ao jornalista responsável pela matéria que as abordagens eram de cunho social e não tinham a intenção de maquiagem a cidade para a Copa. Nenhuma fonte do Movimento Nacional da População Adulta em Situação de Rua, que tem forte atuação em Salvador, foi ouvida para a construção dessa notícia.

No Rio de Janeiro, o relato jornalístico “MP fala em ‘higienização’ da população de rua do Rio (10/06/2014)” tratou de dois assuntos: o processo de higienização de pessoas em situação de rua das regiões centrais e turísticas em razão da Copa e o seu isolamento no Abrigo Municipal Rio Acolhedor, no bairro de Paciência.

O texto destacou que a prefeitura, em 2012, assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) criado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) a fim de garantir os direitos dessa população, evitar a superlotação de abrigos e se comprometer com a oferta de uma política de trabalho para ela. Mas, em uma vitória do MPRJ na iminência do Mundial, foi constatado um total descumprimento do termo. Apesar de ter capacidade para 150 pessoas, o Abrigo contava com

463 acolhidos. Alguns deles relataram ter sido levados à força. Além de colchões infestados de percevejos, o local apresentava muitas outras deficiências:

Em Paciência, os internos compartilham lâminas de barbear, o que facilita a transmissão de doenças e até mesmo do vírus HIV. Pacientes diagnosticados com tuberculose têm o tratamento constantemente interrompido pela falta de medicamentos e convivem com outros internos em áreas pouco arejadas. Os internos também relataram a presença de traficantes de drogas dentro da unidade. Além disso, banheiros e cozinhas estão em condições insalubres, inclusive com vetores, e alimentos sem identificação da data de validade. Durante a vistoria, a equipe do MPRJ também constatou que há abrigados no local há mais de dois anos, quando o tempo máximo de permanência é de seis meses⁴.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) se manifestou em nota e negou que estivesse fazendo uma higienização. Afirmou, ainda, que os acolhimentos eram voluntários. Após esse relato, não houve acompanhamento midiático do assunto.

No *blog* do jornalista esportivo Juca Kfoury foi noticiada “A Copa que ninguém quer ver (16/06/2014)”: um ato organizado pelo Coletivo Autônomo dos Trabalhadores Sociais e pela Pastoral do Povo da Rua contra a repressão da nas áreas próximas à *Fifa Fan Fest*, na região central de São Paulo, e contra as remoções compulsórias de pessoas em situação de rua que estavam debaixo de viadutos na capital paulista.

As ações conhecidas como “rapa” foram realizadas pela tropa de choque da Polícia Militar, em conjunto com a equipe de limpeza urbana e a Guarda Civil Metropolitana.

3- PITOMBO, João Pedro. Defensoria denuncia retirada de moradores de rua em Salvador. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1464010-defensoria-denuncia-retirada-de-moradores-de-ruas-em-salvador.shtml. Acesso em: 14 jul. 2014.

4- ESTADÃO CONTEÚDO. MP fala em ‘higienização’ da população de rua do Rio. Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2014/06/10/mp-fala-em-higienizacao-da-populacao-de-rua-do-rio.htm>. Acesso em: 14 jul. 2014. poder/2014/06/1464010-defensoria-denuncia-retirada-de-moradores-de-ruas-em-salvador.shtml. Acesso em: 14 jul. 2014.

No dia 30 de Maio, a menos de 15 dias para o início dos jogos da Copa do Mundo, a equipe de limpeza urbana, a tropa de choque da PM e a GCM atacaram pessoas que vivem embaixo do viaduto Alcântara Machado (início da Av. Radial Leste e caminho para o Itaquerão) com cacetetes, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Havia crianças e idosos no local. Há também denúncias de que na região central uma ‘abordagem de rotina’, em que o povo de rua é revistado e seus pertences são revirados, vem acontecendo várias vezes por dia desde o começo do mês⁵.

No Distrito Federal, também houve notícia sobre o assunto. Ministério Público, antes do início dos jogos, prevendo que haveria uma “faxina” na capital do País, enviou uma recomendação ao governo pedindo que os órgãos de abordagem social tivessem respeito com a população de rua durante a Copa do Mundo. Paralelamente, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal antecipou a criação de vagas em abrigos municipais para “acolher” adultos, adolescentes e crianças em situação de rua.

Como previsto, no decorrer dos jogos, percebeu-se a ausência dessas pessoas de locais que eram facilmente encontradas na cidade. Na notícia “*Copa do Mundo: Moradores de rua de Brasília denunciam higienização social (20/06/2014)*”, o Centro Nacional de Direitos Humanos da População de Rua e dois homens relataram o uso de violência nas abordagens: “Eu já tô na rua, e eu não posso ficar aqui, eu vou pra onde?”⁶, questionou um dos entrevistados da matéria. Meire Lia Lima, coordenadora de Proteção Social Especial, negou que as pessoas estavam sendo levadas à força para centros de albergagem, mas disse que

a elas estava sendo garantido um espaço de proteção integral.

Diante desses fragmentos, é possível inferir alguns pontos que apresentam falhas na obrigação do jornalismo para com a cidadania. Primeiro, as notícias foram dadas, as denúncias foram expostas – o que já é um grande avanço em se tratando de população em situação de rua –, mas não houve o seu acompanhamento desses casos no decorrer da Copa do Mundo e nem após o Mundial.

Com exceção da matéria do Distrito Federal, apenas as fontes ditas “oficiais” foram ouvidas: Ministério Público, Defensoria Pública e municipalidades. Integrantes dos Fóruns e Movimentos da População em Situação de Rua não tiveram “voz” nessas notícias, embora estejam em constante combate a esse tipo de prática.

As pautas foram tratadas pela ótica higienista com muita naturalidade pelos jornalistas. Várias empresas de limpeza urbana foram mencionadas nos relatos que tratam de seres humanos, o que vai ao encontro do que diz Bauman sobre as pessoas em situação de rua serem a “sujeira” da pureza pós-moderna. Tal naturalidade faz com que jornalismo e cidadania se distanciem e aumente a linha abissal entre essas pessoas e aquelas que não se encontram em vulnerabilidade social e econômica.

Por essas reflexões, pode-se perceber, por um lado, um esforço das autoridades governamentais para oferecer ao mundo uma “imagem de Brasil” que está longe do seu dia a dia. Por outro, constata-se a atuação de órgãos de imprensa de forma pouco crítica, pouco preocupada em trazer ao público um debate sério sobre o tema. Por isso, podemos inferir que o processo de higienização nas cidades-sede da Copa do Mundo – no ponto de vista dos Governos

5- KFOURI, Juca. *A Copa que ninguém quer ver*. Disponível em: <http://blogdojuca.uol.com.br/2014/06/a-copa-oculta/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

6- AGÊNCIA BRASIL. *Copa do Mundo: Moradores de rua de Brasília denunciam higienização social*. <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/71536/copa-do-mundo-moradores-de-rua-de-brasil-denunciam-higienizacao-social.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2014.

e de setores da imprensa – foi necessário para não interferir no “brilho e na grandiosidade” de um evento desta natureza. Por quê? Porque tal evento traria “divisas” para animar a economia brasileira e porque tal evento traria “receitas publicitárias” aos meios de comunicação.

Novamente, por quê? Na busca de respostas, vamos discutir os possíveis porquês em dois aspectos. Pelo campo sociológico e no âmbito do Jornalismo.

Ao discorrer sobre a Sociologia das Ausências, Boaventura de Sousa Santos (2002) assinala que a *razão indolente* desenvolvida na era moderna causa algumas monoculturas que provocam a “não existência”. Entre as cinco monoculturas observadas pelo autor, destacamos aqui a *lógica da classificação social* e a *lógica produtivista*. A primeira assenta na monocultura da naturalização das diferenças e consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias. De acordo com esta lógica, a não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque esta é natural. “Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior”, ressalta Santos (2002, p. 248). A segunda se assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Como analisa o autor, “nos termos desta lógica, o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve esse objetivo” (2002, p. 248).

Sobre o Jornalismo, vale lembrar do desafio apresentado por Kovach e Rosenstiel. Para os autores, a teoria da Participação Pública tem embasado as aspirações de profissionais e da audiência, mas

[...] neste começo do século 21 a profissão terá pela frente a maior ameaça de sua história. Vemos pela primeira vez o surgimento de um jornalismo baseado no mercado, mais e mais divorciado da ideia de responsabilidade cívica (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 49).

A observação dos autores é válida para qualquer parte do mundo. No caso brasileiro, como já acentuamos, o processo desenvolvimentista vivido desde a Era Vargas facilitou a formação de grandes conglomerados de informação, muitos deles com uma atuação que visa a conservar o *status quo* e os interesses mercantis.

Por essas razões, devemos considerar a hipótese de governos e setores da imprensa terem assumido um acordo tácito para a melhor realização possível da Copa Fifa 2014.

Considerações finais

A cidadania tem servido como objeto de estudo em várias áreas do conhecimento, como o Direito, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, etc., porém, mesmo sendo bastante estudada, mostra-se, atualmente, incongruente nos discursos do senso comum e da mídia. Cidadania implica uma série de predicativos que vão além de uma doação a projetos de crianças em situação de vulnerabilidade social e econômica ou que superam a escolha de um candidato a presidente na urna eletrônica de votação. Pensar em cidadania é pensar também em direitos e deveres, em participação, em acesso, em inclusão, em protagonismo, em informação, em liberdade e em igualdade.

Um dos caminhos possíveis para uma sociedade mais igualitária, em que os cidadãos consigam exercer sua cidadania na sociedade contemporânea, é o Jornalismo

apontado por Gentili (1995). O autor defende um trabalho midiático ético e comprometido, produzido e pensado, conscientemente, para oferecer o mínimo de cognoscibilidade ao mundo, com repasse de informações que o cidadão tem o direito de receber para que possa exercer plenamente todos os seus direitos de cidadão.

Os exemplos de notícias sobre a higienização dos espaços públicos das cidades-sede da Copa do Mundo 2014 apresentados neste trabalho indicam que não houve esforço jornalístico de acompanhar as denúncias, questionar as autoridades sobre essa prática ou favorecer a emancipação social dessas pessoas, que foram isoladas para não serem vistas como parte de um fenômeno urbano que espelha a desigualdade social do Brasil. Em vez disso, os relatos, mesmo que sem intencionalidade,

acabam por reforçar e naturalizar os estereótipos desse grupo social minoritário, historicamente excluído.

Para alcançar tais aspirações ressaltadas por Kovach e Rosenstiel e por Gentili, há que se considerar o que Boaventura de Sousa Santos chama de “razão cosmopolita” (2002). Como possibilidade de tradução da razão indolente, esta visa valorizar experiências de reconhecimento e experiências democráticas negligenciadas pela indolência moderna. Aos profissionais de imprensa, a tradução da razão indolente se consuma no sentido de conferir significados às transformações sociais, na possibilidade de todos a conquistar os direitos sociais, de reconhecer o direito à emancipação social.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo Cidadão. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 31, 25-40, 2003. Disponível em:

<bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2185/1324> Acesso em: 14 nov. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da modernidade*. Tradução: Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BONAMIGO, Rita Inês Hofer. *Cidadania: considerações e possibilidades*. Porto Alegre: DaCasa, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. In: *Perspectivas*, n. 22, p. 41-59, 1999.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FONTCUBERTA, Mar de; BORRAT, Hector. *Periódicos: sistemas complejos, narradores en interacción*. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

GENTILI, Victor. *Democracia de Massas: Cidadania e informação*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1995.

KARAM, Francisco José. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. Tradução de Wladir Dupont, 2ª edição. São Paulo: Ge-

ração Editorial, 2004.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus, 2008.

_____. *Notícia: um produto à venda*. (2ª ed.). São Paulo: Summus, 1988.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

_____. *Análise pragmática da narrativa jornalística*. In LAGO, Cláudia e BENETTI, Márcia. (orgs). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Braziliense, 2003.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. 4. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro, 2002: 237-280.

_____. *Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes* in Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Historia da Imprensa no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

Estudos em Jornalismo e Mídia está sob a Licença Creative Commons 2.5